

GÊNERO E O SERVIÇO SECRETO:

as Mulheres na Perspectiva da Polícia Política
Durante o Estado Novo e a República de 1946

THIAGO DA SILVA PACHECO*

RESUMO

Pretendemos analisar como a Polícia Política concebia as mulheres enquanto espãs, informantes ou ameaças em potencial para o trabalho de um agente secreto. Abordamos os períodos do Estado Novo e a democracia que se estabeleceu a partir de 1946 - cortes temporais que abarcam respectivamente os contextos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Espaço social conservador e misógino, a Polícia Política - também responsável pelo serviço secreto - produzia e estabelecia uma concepção estereotipada que reduzia as mulheres ao papel de amantes deslumbradas, faladeiras incorrigíveis ou sedutoras arditosas. Ainda assim, este era um espaço no qual mulheres poderiam obter consideração, respeito e poder por meio de seu trabalho como espãs.

Palavras-chave: Gênero; Serviço Secreto; Espionagem.

ABSTRACT

We intend to analyze how the Political Police conceived the woman regarding espionage as spies, potential informants or hazards to the job of a secret agent during the Estado Novo and the democratic period that was established from 1946 - Time cover cuts the contexts of World War II and the Cold War. Conservative and misogynistic social space, the Political Police - also responsible for intelligence - produced and established a stereotypical conception which reduced the woman to the role of dazed lovers, incorrigible gossips or seductive cunning. Still, this was a space where women could get consideration, respect and power through his work as spies.

Keywords: Gender; Secret Service; Espionage.

* Mestre e Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, Bolsista Faperj ligado ao Laboratório de Direitos Humanos da Faculdade Nacional de Direito, trabalhando na pesquisa *Justiça Autoritária? O Judiciário do Rio de Janeiro na Ditadura Militar*. Email: pacheco.tsp@gmail.com

Polícia Política e Secreta

Instituição conhecida pela violência e arbítrio¹, a Polícia Política exerceu outro papel, menos conhecido e estudado, na História Republicana do Brasil: o de serviço secreto. Concentrando atribuições de Inteligência², era função da Polícia Política exercer vigilância sobre categorias sociais e grupos dissidentes considerados perigosos à segurança do Estado, ao mesmo tempo em que produziria informações acerca das possíveis ameaças que supostamente estas categorias e grupos representariam.

A identificação entre Polícia Política e serviço secreto já existia desde a Primeira República³. Somente a partir de 1956 estes órgãos policiais (que se constituíam em delegacias ou divisões dentro da Polícia Civil de cada estado⁴) perderam importância quanto a este aspecto, com a instalação do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI⁵). Oficialmente, seria esta a instituição responsável pelas atividades de Inteligência e Contra-Inteligência no Brasil. Tal queda de importância acentuou-se durante o Regime Civil-Militar, quando os Departamentos de Polícia Política e Social (DOPS) de cada estado tornaram-se instrumentos auxiliares (tanto no tocante a repressão quanto à produção de informações) do sistema constituído pelo SNI e pelos órgãos de Inteligência das Forças Armadas⁶.

Assim, foi durante a Era Vargas e a República de 1946 que a Polícia Política alcançou o auge de sua discricionariedade e importância enquanto serviço secreto. Notadamente a partir de 1935 (quando foi promulgada a Lei de Segurança Nacional⁷) até 1956 (ano da implantação

1 CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. *Os arquivos da Polícia Política Brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo*. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo. http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf, acesso em 11/03/2016.

2 Ainda que não sejam sinônimos, os conceitos de Inteligência, Espionagem e Serviço Secreto estão intimamente relacionados. Consideramos como *Inteligência*, para efeitos da presente discussão, o conjunto de práticas voltadas para a obtenção de dados visando a produção de conhecimento, capaz de subsidiar tomadas de decisão (normalmente, por chefes de Estado). A *espionagem* seria um destes métodos de coleta de dados – decerto não o único – no qual emprega-se espíões, informantes e delatores para a obtenção destes dados já os *Serviços Secretos* são instituições que praticam Inteligência e, comumente, se utilizam de espionagem. Para uma discussão mais aprofundada acerca destes conceitos, ver os trabalhos de CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003 e ANTUNES, Priscila C. B. *SNI & Abin: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

3 Especificamente tratando das unidades de Polícia Política do Rio de Janeiro enquanto Capital da República, o nome DOPS foi pouco utilizado. Durante a Era Vargas, o órgão chamou-se Delegacia Especial de Segurança Política e Social – DESPS. Após a redemocratização de 1946, chamou-se Divisão Política e Social. Somente com a transferência da capital para Brasília, quando a polícia tornou-se instituição estadual, é que a Polícia Política carioca passou a chamar-se DOPS. Cf. *DOPS: a lógica da desconfinça*. FAPERJ; Rio de Janeiro, 1993. Sobre a Polícia Política na Ditadura Civil-Militar, ver FICO, Carlos. *Como Eles Agiram - Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. São Paulo: Record, 2001. Sobre a Polícia Política na Primeira República, ver SAMET, Henrique. *Construção de um padrão de controle e repressão na polícia civil do distrito Federal por meio do Corpo de Investigação e Segurança Pública (1907-1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Para uma análise da Polícia Política na Era Vargas, ver: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. Com relação a Polícia Política na Era Vargas em comparação com a Ditadura Militar, ver PACHECO, Thiago da Silva. “As duas Faces da Repressão: Semelhanças e diferenças da Polícia Política durante o Estado Novo (1937-1945) e durante a Ditadura Militar (1964-1983)”, *Revista de História Comparada*, Volume 004, número 001, 2010. Acerca da Polícia Política na República de 1946, ver REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

4 A Polícia Política era segmento da Polícia Civil. A Polícia do Rio de Janeiro, enquanto Distrito Federal, concentrava as informações produzidas pelas polícias políticas dos demais estados. Este modelo permaneceu mesmo depois de 1960, quando a polícia do Rio deixou de ser *federal*: isso representou perda de proeminência, mas o órgão manteve-se concentrando informações produzidas pelos demais estados (APERJ, 1993).

5 O SFICI foi criado formalmente em 1946. Contudo, sua implantação deu-se somente em 1956, com o envio de quatro futuros agentes (três militares e um policial civil) aos Estados Unidos para um estágio na CIA. Para mais detalhes, ver ANTUNES (2002) e MACHADO, Wilson TOSTA. “O serviço federal de informações e contra-informação: depoimentos e controvérsia em fragmentos da História”. Rio de Janeiro: *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 4, N°16, Rio.

6 FICO, *op.cit.*

7 Lei n° 38 de 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social.

do SFIC) a Polícia Política foi o principal órgão de coleta de dados e produção de informações acerca da situação política brasileira, bem como das ameaças *internas* ao Estado e ao regime.

Foi desta forma que a Polícia Política esteve intensamente envolvida com o trabalho de espionagem e inserida no contexto internacional: primeiramente da Segunda Guerra Mundial e depois da Guerra Fria. Fazia parte de suas atribuições infiltrar agentes e recrutar informantes, como também detectar espões, agitadores e sabotadores de outras agências secretas ou grupos políticos⁸. Ora, neste jogo de espionagem, a polícia brasileira concebia as mulheres não apenas como possíveis agentes, mas ameaças em potencial, devido às características consideradas pela instituição como inerentes ao gênero *feminino*. Supunha o alto escalão policial que envolvimento amorosos de seus investigadores e informantes poderiam comprometer o trabalho, e que as mulheres eram dotadas de características intrínsecas capazes de prejudicar uma missão secreta.

Isto posto, pretendemos aqui expor como a Polícia Política via as mulheres no tocante ao trabalho de espionagem, fossem como espãs e informantes propriamente ditas, ou como ameaças em potencial para o serviço de um agente secreto.

Treinando Agentes de Polícia Secreta

No mês de dezembro de 1943 foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência Nacional de Polícia Política. Neste evento, o Major J.L. Amaro da Silveira (Delegado de Polícia Política) ofereceu um curso sobre as abordagens referentes a este segmento policial. Foram tratados assuntos de espionagem, contraespionagem, métodos de reconhecimento de agentes inimigos, técnicas de investigações e de interrogatório. Também foi oferecido treinamento para ocultar mensagens secretas por meio de truques que iam de tintas invisíveis até bilhetes escondidos em salsichas⁹, e uma atenção especial foi dada aos procedimentos de recrutamento e formação de espões a serem usados no serviço secreto.

O objetivo do evento era preparar os quadros policiais para a atividade de Inteligência, devido às exigências decorridas da Segunda Guerra Mundial e à reorganização da Polícia Política. Afinal, no ano seguinte, a unidade deixaria de ser uma Delegacia (DESPS, Delegacia Especial de Segurança Política e Social) para ser reorganizada como uma divisão policial maior e mais complexa, subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), que foi posto em funcionamento em maio de 1944¹⁰.

A série de cursos procurava explicar em detalhes como funcionava a espionagem estrangeira. Sem nenhuma surpresa devido ao contexto, recebia destaque a espionagem alemã que, para ser combatida, teria justificado o aprimoramento das técnicas de espionagem brasileiras. Os métodos de infiltração eram descritos a fim

8 Lei nº 38 de 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, período no qual agentes da Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Itália e Japão atuavam intensamente no Brasil. Para mais detalhes, Cf. PACHECO, Thiago da Silva. "A contra Espionagem Brasileira na Segunda Guerra Mundial" In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; KSCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo & FERREIRA, Jorge(Org.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco/TEMPO, 2010, v. 1, e HILTON, Stanley. *Suástica sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. Além de alemães, italianos e japoneses, os integralistas foram postos sob vigilância durante o Estado Novo após o Levante de 1938, e os comunistas sempre foram seu alvo principal em qualquer período da história republicana brasileira (Cf. CANCELLI, *op.cit.*, REZNIK, *op.cit.* e FICO, *op.cit.*).

9 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921. 10 Cf. REZNIK, *op.cit.*

de que os policiais estivessem preparados para se antecipar a ameaças em potencial:

Especificando, propomo-nos a discutir nesses próximos dias, o trabalho da “Quinta-Coluna” e também da “Sexta-Coluna”. Em outras palavras, iremos nos aprofundar nos problemas gerais e específicos da espionagem e da contra-espionagem¹¹.

O delegado considerava que a sistematização deste conhecimento e o empenho no trabalho de espionagem eram fundamentais, já que:

(...) as democracias do mundo estão em guerra com as potências totalitárias, temos que lançar, portanto, nossas vistas para os chefes destas potências, a fim de encontrar respostas do que na verdade representa a espionagem do inimigo, examinar o sistema de espionagem nazista e analisá-lo com a finalidade pela qual nós, neste hemisfério, possamos reconhecer e combatê-lo¹².

Desta forma, a Conferência (que acabou tornando-se um manual policial sobre o assunto) objetivou orientar os agentes da Polícia Política no sentido de solidificar um sistema de Contra-Inteligência¹³ capaz de proteger informações que, adquiridas pelos inimigos (no caso, as redes de espionagem alemã e italiana) se tornariam danosas ao país. Esta preocupação se justificava pelo contexto do período, na medida em que o Brasil participava da Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Ao mesmo tempo, julgava-se necessário manter vigilância às enormes colônias alemã, italiana e japonesa em território nacional, tidas como potencialmente perigosas¹⁴.

Uma das partes mais esclarecedoras desta Conferência eram os métodos de construção de redes de espionagem. O delegado Amaro da Silveira dedicou especial atenção a este assunto, na medida em que instruiu policiais tanto para a detecção de redes de agentes secretos como para a construção de suas próprias redes¹⁵:

A seleção dos agentes requer grande habilidade. O êxito da informação está em suas mãos. As condições para estas são: fidelidade absoluta e muito senso comum, aparência inspiradora de crédito e facilidade de despertar confiança sem inspirar suspeitas, inteligência, probidade, fertilidade em recursos e expedientes, certeza, energia, curiosidade, paciência, apreciação, coragem e boa vontade, astúcia e equilíbrio¹⁶.

Os métodos de recrutamento, treinamento e infiltração de espões ali descritos apontavam em duas direções. Por um lado, eram técnicas a serem transmitidas visando a construção do futuro aparelho policial, a ser estabelecido a partir do projeto do Departamento Federal de Segurança Pública, que já vinha sendo discutido desde 1942¹⁷. Por outro, refletem algumas experiências que já haviam sido postas em prática pela chefia deste órgão pelo menos desde 1939, como as técnicas de recrutamento informantes através de troca de favores e a brecha legal para a contratação de agentes na forma de “investigadores extranumerários”¹⁸.

11 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921, p.34.

12 *Idem*.

13 CEPIK, *op.cit.*, p. 57.

14 PACHECO: 2010a.

15 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921, p.34.

16 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921, p.75.

17 REZNIK, *op.cit.*

18 Os chamados *extranumerários* complementavam o quadro da Polícia. Estes eram agentes que não haviam

Isto implica em dizer que a Conferência na verdade compartilhou com outros investigadores parte do *knowhow* adquirido pelo alto escalão policial desde o início da Era Vargas.

Como previsto, entre 1944 e 1946 ocorreu a reestruturação da aparelhagem repressiva do Estado, com a construção do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), órgão ao qual a Polícia Política foi diretamente subordinada. Este processo de reestruturação objetivou modernizar as estruturas nacionais de segurança, colocando a Polícia Civil do Distrito Federal em papel de proeminência¹⁹. A antiga delegacia, agora uma *Divisão de Polícia Política e Social* – DPS – estava encarregada (além de capturas, prisões e interrogatórios) da coleta de dados acerca das atividades de grupos considerados novíços à segurança do Estado, sobretudo o Partido Comunista e seus militantes. Para isso, a nova Divisão se utilizaria amplamente de ferramentas comuns ao trabalho de Inteligência como as já referidas infiltrações de agentes secretos.

Mulheres e o Serviço Secreto

A relação das mulheres com a espionagem foi um dos assuntos abordados naquela Conferência. Tratava-se de uma visão estereotipada, na qual foram reduzidas ao papel de amantes deslumbradas, faladeiras incorrigíveis ou sedutoras ardilosas. A polícia era uma instituição conservadora, falocêntrica e misógina, o que se refletia na concepção de gênero expressa na Conferência ao apresentá-las como indignas de confiança e potencialmente perigosas. Trata-se, neste sentido, da construção de uma relação de gênero que, como argumenta Joan Scott²⁰, é produzida dentro de contextos sociais e históricos definidos. Noutros termos, não é uma realidade pré-concebida: a ótica da Polícia Política a respeito das mulheres é permeada pela concepção acerca do feminino da sociedade e do período na qual estava inserida a instituição – no caso, o Brasil no Estado Novo e na República de 1946.

Isto posto, de uma forma geral, as mulheres foram classificadas como faladeiras por natureza, incapazes de serem discretas ou guardar segredos. Dizia explicitamente o Delegado que “(...) o que se conta só a um, de aí por diante será em breve conhecimento de onze; e se o conta a três, não o sabem três, mas sim cento e onze; e, se o conta a uma mulher, não o sabem quatro, porém mil cento e onze.”²¹.

Neste sentido, se um agente entregava-se ao luxo de vangloriar-se na função de agente secreto, procurando “convencer a mulher de seu valor, contando-lhes façanhas”, colocava em risco o sigilo necessário a seu trabalho. Segundo a instrução policial, as mulheres envolvidas num romance com agentes do serviço secreto seriam incapazes de guardar segredo por que “(...) para enciumar suas amigas, lhes diz que magnífico amigo ela tem (e) não pode

sido concursados ou nomeados como investigadores, ou indivíduos recrutados fora dos organismos policiais. O cargo de extranumerário, mencionado no Decreto-Lei 24531 de 2 de julho de 1934 (parte VI), era deliberadamente impreciso, pago com verbas extras e sem pré-requisitos claros, o que contornava a exigência de escolaridade mínima para o concurso policial e poderia constituir-se numa porta de entrada para indivíduos que não preenchessem os requisitos formais previstos em Lei. Na prática, isto permitia ao Delegado de Polícia Política contratar a quem desejasse sem precisar dar maiores satisfações, além de manter em segredo suas identidades caso considerasse necessário. Ou seja, se a descrição da DESPS no decreto lei de 1934 já era vaga e imprecisa a fim de permitir a flexibilidade em sua estrutura, ela também permitia que o órgão selecionasse quantos e quais indivíduos precisasse, na medida em que o referido decreto permitia a Delegacia ter “*investigadores extranumerários e em número que o Chefe de Polícia julgar necessário*” 19 REZNIK, *op.cit.*, p.99-110.

20 SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria de análise histórica*. Recife: S.O.S Corpo, 1991, p.1-29.

21 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921, p.6.

resistir à tentação de falar sobre ele”²². Portanto, o agente jamais deveria usar sua posição para impressionar mulheres, pois estas espalhariam rapidamente o status de seu amante.

Observe-se que, nesta perspectiva, considera-se que o homem é naturalmente suscetível a adulação, e que a maioria das mulheres não apenas conhecem esta faceta masculina como estão aptas e dispostas a explorá-la. Isso, junto ao fato de que “não conseguem manter segredo” as tornariam mais perigosas ainda:

A maioria dos homens gostam de ser adulados. A maioria das mulheres conhecem esta fraqueza e são artistas na arte de dispensar adulação. A vaidade pessoal de muitos homens não lhe permite que agradeçam, apenas, a um elogio recebido, mudando logo de assunto. Eles ficam intimamente orgulhosos e pensam que, afinal, apesar daquilo que os outros possam pensar, são realmente importantes e capazes. Procurarão, por isso, convencer a mulher de seu valor, cotando-lhes façanhas, que não são geralmente conhecidas de outrem e que, muitas vezes, são assuntos confidenciais relacionados com os seus cargos de homens de confiança e honrados. Em regra geral, é neste ponto que se cometem as faltas²³.

Diferentes e muito mais perigosas seriam as mulheres espãs. Estas sim seriam capazes de guardar segredo por trás de “lábios pintados dos quais nunca nada saíra”. Tidas como traiçoeiras e dissimuladas, eram capazes de seduzir um agente e extrair-lhe informações através de armadilhas amorosas:

Elas podem ser de um valor extraordinário para si, mas, ao mesmo tempo, aquelas que trabalharem com os seus adversários podem se tornar muito perniciosas para a sua causa. Tenha muito cuidado com o que diz e a quem diz. Muitas coisas encontram-se, frequentemente, escondidas atrás de uns lábios pintados, dos quais nunca nada sairá²⁴.

Note-se que, para a Polícia, as armas das mulheres espãs eram a *sedução* e a *inocência fingida*, inocência esta que parte da presunção de que eram inofensivas. Considerava-se normal o fato de subestimá-las devido ao gênero e a letalidade delas estaria justamente em explorarem o fato de serem subestimadas. O que o agente deveria evitar era o erro de cair nesta armadilha, pois o objetivo destas agentes seria enganar, seduzir, arrancar informações entre carícias, bebidas e conversas de amantes²⁵.

Entretanto, se por um lado havia temor com relação às mulheres e as artimanhas atribuídas a elas, por outro lado seu uso em operações de espionagem era estimado pela polícia. O manual da Conferência observava que mulheres fizeram parte dos trabalhos de espionagem mais importantes da história, a despeito de haver quem dissesse serem as mulheres um “mal necessário”:

Muitos dizem, sorrindo, que a mulher é um mal necessário. Não se pode viver com elas, mas tampouco viver sem elas. Esta última afirmação parece especialmente acertada no que se refere ao trabalho de espionagem. Verá o senhor que as mulheres tomavam uma parte importante em quase todos os trabalhos de espionagem mais importantes registrados na história²⁶.

22 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921, p.56.

23 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921.

24 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921, p.55.

25 *Idem*.

26 *Idem*.

Mas esta importância residia principalmente no poder de sedução e capacidade de recolhimento de informações das espãs, potencializadas pela presumida fraqueza masculina com relação ao sexo oposto. Este poder de sedução era considerado tão valioso para a espionagem que o instrutor da polícia dizia ficar feliz ao descobrir que determinado alvo era suscetível a tais artimanhas. Nestes casos, aconselhava aos seus agentes que usassem “uma mulher suficientemente inteligente para que se enforcem a si próprios”²⁷.

Outro notório agente de Polícia Política que sinalizava esta importância no uso da sedução e do sexo foi Cecil de Borer. Borer, que trabalhou na Polícia Política desde o início da Era Vargas, aposentando-se como delegado do DOPS em 1965, chefiou turmas de investigadores e espões durante sua carreira. Ele próprio fora agente de campo aproximadamente entre 1933 e 1936²⁸. Dizia Borer que “grandes agentes eram mulheres”²⁹. Algumas delas, fingindo-se de namoradas dos alvos, iam “até a cama se fosse necessário”³⁰.

Argumenta Florindo³¹ que, no DOPS paulista (segundo Cecil de Borer, o mais bem organizado do Brasil³²), também se considerava que as mulheres poderiam prestar excelentes serviços ao trabalho de espionagem. Na década de 1930, os delegados do DOPS paulista salientavam que a principal arma delas seria justamente a sedução³³. Como exemplos, Florindo cita o informante Agabekoff quando este menciona a tática de espãs do governo soviético de dormir com cônsules para copiar-lhes os documentos³⁴, além do informe produzido pela agente de codinome “Princesa” acerca das atividades do militante comunista Manuel Vieira de Andrade³⁵.

Faladeiras sem controle ou sedutoras ardilosas: esta era a visão da Polícia Política acerca de mulheres que se envolvessem com o serviço secreto. Já salientamos, contudo, que tal perspectiva é uma construção que se dá, neste caso, a partir do próprio universo de experiências, saberes e valores da instituição. A polícia tem sido historicamente espaço masculino, e, no caso do Brasil, tem sido também uma instituição cuja trajetória é intimamente ligada às Forças Armadas, outro espaço historicamente ocupado quase que exclusivamente por homens³⁶.

Neste sentido, a despeito da estima pelo trabalho das espãs pelo alto escalão policial (como Borer, ao dizer que “grandes agentes eram mulheres”) nota-se uma visão pejorativa na medida em que, segundo o manual de polícia produzido a partir da Conferência, a maioria das mulheres *sequer é capaz de guardar segredo*. As exceções tem seu valor dependente de sua capacidade de sedução, que por seu turno são potencializados devido a vulnerabilidade masculina referente a eles. Noutros termos, a espã era importante não por demonstrar a

27 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Conferência Nacional de Polícia Política. Fundo DESPS, Notação 921, p.8.

28 <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u18449.shtml>, acesso em 15/12/13, 12:07. Ver também ARAUJO, Paulo Roberto de. DUARTE, Leila Menezes de. *Ação e investigação: polícia política e comunismo no Brasil: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000.

29 ARAUJO & DUARTE, *op.cit.*, p.46.

30 <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u18449.shtml>, acesso em 15/12/13, 12:07.

31 FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Franca, 2000.

32 ARAUJO & DUARTE, *op.cit.*

33 O PC, sua estrutura orgânica, métodos e táticas” - Prontuário DEOPS/SP no.2.431 do PCB. Vol. 7 doc.612. *Apud* FLORINDO (2000).

34 “Quando o cônsul não quer se vender a OGPU manda para ele as mulheres, que fazem farrá com champanhe e depois ele fica sozinho com uma mulher agente da OGPU que tira dele a carteira com documentos e manda tudo para a OGPU onde tiram as fotografias e depois imediatamente devolvem os documentos para a mulher. De madrugada o cônsul acorda nos braços da linda mulher e sem saber nada volta para o consulado”. “Sistema de trabalho da OGPU” - Agabekoff - Prontuário DEOPS/SP no. 2.431 do PCB vol.. 3. Doc. 386. *Apud* FLORINDO (2000).

35 Informe reservado” Princesa, 20/10/32. Prontuário DEOPS/SP no. 677 da UTG. Vol.1. *Apud* FLORINDO, *op.cit.*

36 Boa parte do alto escalão policial era composto por oficiais do Exército. Cf. PACHECO, Thiago da Silva. “Trajetórias Políticas e Carreiras Policiais na Transição do Estado Novo para a República de 1946”, *Revista Verdade*, Memória e Justiça. V.11, ano 2015.

mesma astúcia, perspicácia e dedicação que os homens, mas por ser *capaz* e estar *disposta* a usar da sensualidade, ou mesmo do sexo, para alcançar seus objetivos. Os textos policiais não ressaltam, por exemplo, como o trabalho de uma telefonista, secretária, jornalista ou camareira poderia ser tão ou mais útil e imediato para espionagem do que o imprevisível jogo da sedução. Menciona-se apenas a possibilidade do uso beleza, dos lábios e da sensualidade.

Assim, nesta relação de gêneros estabelecida pela Polícia Política, percebemos uma hierarquização e submissão da mulher mediante estereótipos como *incapazes de guardar segredos, deslumbradas que não se contém para falar de seu amante ou sedutoras ardilosas e perigosas*.

As Espiões e Informantes da Polícia Política

A origem destas mulheres é difícil de ser descoberta devido ao caráter deliberadamente omissos dos relatórios policiais sobre a identidade de suas fontes. Na documentação referente à Polícia Política é raríssimo ver o nome de algum agente, informante ou espião ser citado. Isso não é surpreendente: tratava-se do trabalho de Inteligência que se pretendia *secreto* é comum que não se revele características de espiões como nome, profissão e (evidentemente) gênero³⁷.

A forma pela qual o alto escalão da polícia procurava construir suas redes de informantes se dava por meio de verbas secretas e/ou contratos com *extranumerários*. Estes *extranumerários* eram espécies de investigadores contratados, ligados oficialmente à polícia através de leis e portarias que regulavam tanto a contratação como a promoção de tais agentes³⁸. Já os demais informantes eram elementos estranhos à instituição, sem nenhuma ligação formal com ela. De acordo com a Conferência de 1943 e as entrevistas concedidas por Cecil de Borer, estes informantes trabalhavam para a Polícia Política por ressentimento, vingança, disputas pessoais ou profissionais, dinheiro, favores na forma de porte de armas, licenças, emissão de documentos ou uma combinação de mais de um destes fatores³⁹. O *patriotismo* também era considerado uma motivação possível⁴⁰. Suas relações na polícia restringiam-se à autoridade policial que o recrutou e para a qual transmitia informações referentes ao meio social em que vivia.

Alguns destes espiões poderiam ocupar um papel intermediário entre a total informalidade enquanto simples informante (o que consideramos ser ampla maioria) e o vínculo formal com a instituição (aqueles que eram de fato investigadores de polícia). Estes espiões “intermediários” recebiam uma carteirinha que concedia a seu portador o direito de porte de arma, anunciando também que ele estava “a serviço reservado (da) Divisão (de Polícia Política)”⁴¹. Tratava-se de um documento que concedia ao seu destinatário poderes legais ou cobertura

37 Durante o estado Novo, os espiões eram classificados por letras e números, como D-11, K-50 e P-18. Os principais informantes eram os classificados pelo prefixo “D”, ligados diretamente ao Delegado Especial (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Fundo Polícias Políticas. Setor Administração*. Setor Administração. dossiê 1. pasta 1-g. Relatório anual de 1940 apresentado ao sr. Filinto Muller pelo capitão Felisberto Batista Teixeira, delegado especial de segurança política e social, 31 de janeiro de 1941). É impossível diferenciar o gênero destes agentes pelas fontes. Durante a República de 1946, os relatórios não apresentam codinomes, mas permanecem sem revelar a identidade dos agentes.

38 Portaria 4430 de 5 de Setembro de 1938 e 4496, de 27 de setembro de 1938.

39 A questão do “por que espionar?” é comum entre indivíduos com experiência em agências de Inteligência. Tais motivações estariam sintetizadas no acrônimo MICE, ou seja, *Money, ideology, compromise/coercion, Ego* (dinheiro, ideologia, compromisso/coerção e ego). Cf. CRUMPTON, Henry. *A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI*. Barueri: Novo Século, 2013; HERMAN, Michael. *Intelligence Power in Peace and War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996 e CHARNEY, David. L. & IRVIN, John A. *A guide to the Psychology of Espionage*. AFIO's Intelligencer Journal, 08/28/2014.

40 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921. Ver também APERJ (2000).

41 Cf. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas, Setor Administração, notação 1-y.

institucional, porém provisórios e totalmente dependentes da chefia do órgão. A possibilidade de recrutar indivíduos desta forma, por meio de verbas secretas e/ou com extranumerários, permitia à polícia cooptar uma grande variedade de agentes secretos diretamente ligados à chefia da instituição, inclusive usando-os para serviços não convencionais. Por outro lado, denota um expediente frágil do ponto de vista de Inteligência, na medida em que documentos oficiais eram concedidos, mesmo que temporariamente, a agentes amadores que podiam ser descobertos através dos mesmos e revelar uma embaraçosa ligação com a agência que os recrutou⁴².

Não encontramos razão alguma, pela documentação analisada, para considerar que as mulheres fossem exceção a este sistema de recrutamento de informantes e espões. Analisemos, assim, algumas de suas possíveis origens.

A primeira delas, aparentemente mais clara nas fontes, seriam os clubes noturnos da época. Neles trabalhavam moças belas, pobres e solteiras, que viviam sozinhas ou dividiam apartamentos com amigas. Suas atividades boemias eram reguladas pela Delegacia de Costumes e Diversões e pelo Serviço de Repressão ao Meretrício, que estipulavam regras severas para o exercício da dança, das artes e da prostituição⁴³. Portanto, estavam debaixo da autoridade policial, que poderia ser ignorada, suavizada ou revertida para premiar uma informante. Esta hipótese encontra certo respaldo no treinamento dirigido pelo Delegado Amaro da Silveira, quando menciona informantes recrutados em bares e casas noturnas:

Empregados de bares, casa de jogo, casas de prostituição, etc., são excelentes fontes de informação e valiosos contatos (...). As mulheres da vida sabem, comumente, o que acontece na parte do país em que residem, e, em geral, podem fazer perguntas sem levantar suspeitas. Os homens vão vê-las e lhes contam coisas que diriam a outros homens. Eles deixam que sua validade pessoal faça o que bem entender e não podem resistir à tentação de elogiar-se a si próprios. Muitos desses homens viajaram sozinhos, durante longo tempo, e, quando se encontram num quarto com uma mulher da vida, julgam que o que se passa lá dentro só será do conhecimento dele e da mulher; de tal maneira a não terem muito cuidado com o que dizem. Uma mulher da vida, pode, geralmente, dar informações sobre seus outros informantes⁴⁴.

Entretanto, não cremos que todas as espãs eram meretrizes ou aristas, nem necessariamente se restringiam a *femmes fatales*⁴⁵. Considerando que o recrutamento de informantes se dava em vários segmentos da sociedade, sobretudo nos próprios ambientes que a polícia procurava prospectar⁴⁶, indutivamente consideramos como possíveis candidatas *datilógrafas, jornalistas, funcionárias de embaixadas e de hotéis, mulheres do movimento integralista, participantes de células comunistas, operárias,*

42 A Polícia poderia perder o controle sobre estes agentes externos, como no caso de um senhor que trabalhava numa churrascaria no bairro de Rocha Miranda (subúrbio carioca). Em 1960, ele ainda usava sua carteirinha, mesmo que não estivesse mais a serviço da Polícia desde 1957. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas, Setor Administração, notação 3.

43 A ligação entre artes, boemia e meretrício fazia parte do conservadorismo dos anos 1940, formando um espaço social vigiado e controlado pela Polícia. C f. LUZ, Ana Cristina da, FRANÇA, Maria de, WOLF, Tonia Catia B. "Dancings e Cabarés: Entre a fantasia, a realidade e a hipocrisia" In: Rio de Janeiro: ANPUH: UERJ, Centro de Ciências Sociais, 1996, p.358.

44 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921, p.126,127.

45 A figura da *mulher fatal*, estereótipo encontrado em romances policiais desde o fim do século XIX. São personagens que usam o poder de sedução para alcançar seus objetivos junto ao protagonista ou outros personagens da trama. Tal figura, ligada à espionagem, já era bem conhecida. A espã Mata Hari, que trabalhou pra os serviços secretos francês e alemão durante a Primeira Guerra, era famosa: tinha biografias publicadas e até mesmo um filme fora estrelado por Greta Garbo em 1931 (George Fitzmaurice, USA, 89 min). E, de forma geral, a figura da *femme fatale* era clichê presente em romances policiais.

46 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. dossiê 1. pasta 1-g. Relatório anual de 1940 apresentado ao snr Filinto Muller pelo capitão Felisberto Batista Teixeira, delegado especial de segurança política e social, 31 de janeiro de 1941. Ver também ARAUJO & DUARTE, *op.cit.*

trabalhadoras sindicalizadas e componentes de clubes, agremiações e sociedades beneficentes.

Também, a despeito da concepção de gênero misógina e hierarquizante expressa pela polícia, o envolvimento com a espionagem abria um leque de possibilidades àquelas mulheres, além do pagamento em dinheiro ou outras recompensas. Examinemos estas possibilidades.

Já foi mencionado como a polícia recompensava agentes por meio de favores. Considerando que a aplicação da lei depende da discricionariedade do cotidiano policial⁴⁷, artistas ligadas à noite poderiam ter certa tolerância quanto às limitações legais da profissão, bem como conseguir a documentação necessária para suas apresentações. Já meretrizes poderiam ter carta branca para o exercício do *metier* e até mesmo serem protegidas contra cafetões e outros elementos da boemia. Mulheres da classe operária poderiam obter emprego ou pequenas facilidades para si, seus parentes ou maridos, e o mesmo poderia se dar em clubes, agremiações e sociedades beneficentes, por exemplo⁴⁸.

Além dos favores, questões mais íntimas poderiam levar mulheres a trabalhar para o serviço secreto da polícia. Da mesma forma que os homens, elas poderiam usar as denúncias e delações como instrumento de vingança contra inimigos, ex-amantes⁴⁹ ou concorrentes profissionais. Também o patriotismo, na forma de colaboração espontânea com o Estado (qualidade tão louvada pelo alto escalão da polícia), certamente não era exclusividade do gênero masculino. O mesmo é válido quanto à questão do poder e do status dos homens neste tipo de trabalho: no caso de algumas mulheres, romper com o paradigma de submissão e passividade, o empoderamento como agente secreta e o trabalho para um importante órgão do Estado poderiam ser fatores determinantes em sua decisão⁵⁰.

Por outro lado, como os informantes do gênero masculino, uma boa parte destas mulheres provavelmente não estava vinculada ao órgão, mantendo apenas ligação informal com o policial que as recrutou. Podem, inclusive, ter prestado apenas uma ou duas informações, por motivos bem heterogêneos e inclusive sem necessidade de recompensa material, como nos casos de vingança e patriotismo.

Também consideramos improvável que agentes mais regulares, trabalhando em troca de dinheiro ou favores, fossem nomeadas formalmente como investigadoras, ingressando assim no quadro efetivo da polícia: na documentação levantada em nossa pesquisa não são encontradas menções a mulheres neste cargo. Observe-se que, em 1952, o delegado Silvio Terra

47 BITTNER, Egon. *Aspectos do Trabalho Policial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
48 Seraphim Braga, chefe da seção Social da Delegacia de Polícia Política dizia, em 1942, que entre as "facilidades" proporcionadas pela polícia a seus colaboradores estariam: "Fornecimento de passagens, marítimas e terrestres, para o interior, portes de arma para os Presidentes dos Sindicatos, recolhimento de filhos de operários a Asilos; matrículas gratuitas em Internatos e Estabelecimentos de Ensino, Particulares ou do Governo; cartas de representação junto às autoridades policiais de elementos pertencentes aos Sindicatos do Distrito Federal; que se transportam para os diferentes Estados da União; Serviço de Garantia quando for evidente a razão de ser; interferência junto aos Distritos Policiais em casos de pequena monta, isentos de processo; satisfação às consultas feitas por sindicalizados ou Diretores de Sindicatos sobre assuntos de ordem política ou social" Estado do Rio de Janeiro. *Fundo Policias Políticas*. Setor Administração. pasta 1-H)
49 Segundo Hércules Corrêa - comunista com atuação no movimento sindical a partir de 1945 e deputado estadual pelo Estado da Guanabara em 1961 - algumas mulheres ficavam ressentidas pelos maridos dedicarem mais tempo a militância política do que a elas. Havia até casos de divórcio. O ressentimento por terem sido deixadas de lado pelo ativismo comunista levaria estas mulheres a delatar seus cônjuges. ARAUJO & DUARTE, *op.cit.*, p. 71.
50 Os filmes de espionagem já faziam sucesso antes da época do Estado Novo e já parecia haver algum glamour em torno da figura do espião: citamos aqui filmes clássicos de espionagem como *The 39 Steps* de Hitchcock (1935) e *Casablanca* de Michael Curtiz (1942), além de *Mata Hari*, de George Fitzmaurice (1932), interpretada por Greta Garbo. Observe-se que o trabalho como espião despertava interesse já neste período. Em 1942, com a entrada do Brasil na Guerra, não faltaram voluntários para atuar como agentes secretos nomeados pelo presidente, até mesmo gratuitamente se fosse necessário. Estes voluntários enviavam cartas a Vargas, alegando que o fariam por amor a pátria. Um deles, ex-militar português, dizia ser um atirador de elite que amava o Brasil por aqui viver, ser casado com uma brasileira e ter filhos brasileiros. Arquivo Nacional. *Fundo Gabinete do Ministro*. Notação IJ 1374.

escreveu um artigo advogando a participação de mulheres na polícia e até mesmo a formação de um corpo de Polícia Feminina. Alegava Terra que as mulheres interessavam-se pelo tema e que a profissão policial era como todas as outras, nas quais elas vinham conquistando espaços com destaque. Terra lamentava o fato de que, no Brasil, as mulheres não podiam ingressar na carreira policial, e citava a recusa de um chefe de polícia em contratar uma americana “dotada de notáveis conhecimentos policiais”, que teria oferecido seus serviços à Polícia do Distrito Federal. O motivo da recusa era simplesmente por ser a tal mulher “bonita demais”⁵¹.

De fato, aparentemente a primeira mulher a exercer oficialmente um cargo de investigadora foi uma jovem de 22 anos chamada Estela Borges Morato. Especialista em análise de falsificações, trabalhou no DOPS de São Paulo. Borges Morato acabou sendo morta na operação de captura a Carlos Marighella em 1969, mesmo ano em que prestara concurso para a Polícia Civil, ou seja, num contexto histórico posterior ao que tratamos neste artigo.

Destarte, as possibilidades de recrutamento destas informantes estavam nas verbas secretas e nas brechas legais de contratação de pessoal exnumerário ou simplesmente colaboração em troca de dinheiro e outros favores. O vínculo mais próximo que consideramos plausível para estas agentes no recorte temporal que analisamos seria o porte de uma das carteirinhas de Serviço Reservado, mencionadas anteriormente. Isto não é pouco: significava passe livre entre as autoridades, representação de poder e acesso fácil a porte de arma desconsiderando a burocracia normativa para obter tal documento.

Há pelo menos um exemplo desta relação de discricionariedade obscura exercida pelas agentes de Polícia Política. Em 26 de abril de 1962 o jornal *Última Hora* noticiava que Cecil de Borer havia convocado a espã Jean Sarkis para uma missão secreta: capturar o bandido Mineirinho. Para esta missão, ela comandaria um grupo de “alcaçoetes”, espalhados em favelas⁵². Notícia semelhante saiu no jornal *A Noite*, em 27 de abril de 1962: a “espã-alcaçoete” Jean Sarkis teria sido vista no morro do Borel em busca de maiores informações, enquanto outros delegados estariam atentos para colaborar com “as autoridades do DESP”⁵³. A referida espã, segundo a manchete “especialista em assuntos carcerários” tratava-se de uma ex-militante comunista que esteve presa a partir de 1951, por se opor ao envio de tropas brasileiras para a Coréia. Na prisão, ela teria enfrentado problemas de saúde e até mesmo uma tentativa de estupro⁵⁴.

Aquela não foi a primeira missão em que atuou, nem a mais dramática. Nascida em 19/09/1926, Jean Sarkis foi infiltrada por Borer no Partido Comunista Brasileiro em 1945. Ela era solteira quando trabalhou infiltrada no Partido Comunista até 1955, e aparentemente não tinha nenhuma profissão, classificada como “de prendas domésticas”. Em 1951, ao panfletar contra a participação do Brasil na Guerra da Coréia e fazer propaganda comunista, foi presa junto a uma “amiga” do Partido, com quem atuava. Surpreendentemente, ao invés de tentar usar de suas ligações policiais para escapar da prisão, ficou dois anos na cadeia suportando graves condições. Isso teria lhe valido grande respeito dentro do Partido Comunista, e colocando-a em vantajosa posição para a Polícia Política.

51 Departamento Federal de Segurança Pública. *Arquivos do DFSP*. Rio de Janeiro, 1952.

52 Jornal *Última Hora*, 26/4/62, disponível em http://memoria.bn.br/pdf2/386030/per386030_1962_00839.pdf, acesso em 20 de março de 2014, 8:02.

53 Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_06&pagfis=5327&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#, acesso em 20 de março de 2014, 8:00. É interessante notar que o jornal usa um dos nomes antigos da Polícia Política. Isto porque as mudanças de organograma nunca mudaram a percepção da população quanto ao órgão. APERJ: 2000, p.73,74.

54 Disponível em http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_87_1519.pdf. Outras reportagens sobre sua condição na prisão: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=3954&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>, e <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=2172&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>, acesso em 20 de março de 2014, 7:47.

Temos conhecimento destes dados porque, em 1965, Sarkis - na verdade, Jean Serse Salomão Coelho - escreveu ao DOPS do Rio de Janeiro pedindo que seus registros policiais fossem cancelados. Ela não apenas foi atendida, como Borer respondeu de forma elogiosa à espã:

"A requerente, de fato, colaborou, eficiente e patrioticamente com as autoridades deste Departamento (...) nas suas tarefas, se houve com tão elevado espírito de renúncia que, por ocasião da prisão da comunista Maria Afonso Martins, em companhia de quem se achava, e do que resultou a condenação e ambas, preferiu não revelar sua posição neste Departamento, evitando, assim, que a situação daquela agitadora fosse atenuada. Cumpriu mais de dois anos de prisão, durante a qual continuou prestando relevantes serviços, pois, elevada à condição e heroína do partido, suas possibilidades em informar aumentaram, ensejando este Departamento diligências proveitosas (...)"⁵⁵.

No mesmo prontuário, corroborado por agentes de alto escalão da Polícia Política, Borer ainda revela que Sarkis encerrou as atividades no Partido Comunista por sua ordem, "passando a colaborar exclusivamente com vários serviços deste Departamento". Considerando que Sarkis ficou presa por cerca de dois anos e que o noticiário jornalístico dá a ela o status de "especialista em assuntos carcerários", podemos presumir que ampliou seu leque de contatos na prisão, tornando-se numa valiosa agente. Borer se aposentou em 1965, não sendo possível rastrear, nas fontes consultadas, o destino de Sarkis.

Estas mesmas fontes não nos revelam, sequer permitem aventar, quais as motivações desta mulher em trabalhar para a Polícia Política a ponto de tão elevado sacrifício. Ainda assim, consideramos os relatos particularmente reveladores, tanto aqueles obtidos pelos jornais quanto os oriundos de relatórios policiais. Demonstam não apenas a inserção da referida espã no espaço policial como também o papel de destaque obtido por ela enquanto agente secreto, a ponto de liderar uma equipe de informantes no esforço de captura de um dos mais procurados criminosos de sua época. Destacamos a confiança e os elogios conquistados por Sarkis devido a seu trabalho como espã, além do fato de que obteve ficha limpa na Ditadura recém-iniciada em 1964. Desta forma, observa-se que, apesar da visão de gênero mantida pela polícia, o trabalho de espionagem poderia possibilitar a inserção e até mesmo a ascensão de uma mulher num meio tipicamente masculino, mesmo que com limites obscuros de discricionariedade.

Conclusão

Assim, movendo nossa análise da ótica policial para as espãs em si, percebemos oportunidades de ganho, influência ou até ascensão por parte *delas* dentro e até *por meio* da Polícia Política. Argumentam Gonçalves⁵⁶ e Soihet⁵⁷ que mesmo as relações de gênero que hierarquizam e submetem a mulher - como aquela estabelecida por esta instituição - apresentam fissuras que possibilitam formas de resistência e exercício de poder. Tirando proveito das demandas policiais, mulheres de classes sociais variadas obtiveram recompensas em dinheiro ou favores recebidos. Dependendo de seu desempenho, poderiam alcançar status enquanto agente importante numa instituição fundamental para a sustentação do Estado, e até mesmo gozar de influência e respeito entre autoridades policiais e líderes dos grupos sociais postos sob vigilância.

55 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Fundo Polícias Políticas*. Pront. GB 22.327.

56 GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Autência: Belo Horizonte, 2006, p.60-72.

57 SOIHET, Raquel. "História, mulheres, Gênero: contribuições para um debate" In: AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

Em todos estes casos, as espãs transcendiam papéis de “mulher de família” patriarcalmente construídos neste contexto, com espaço mínimo para o mercado de trabalho, ou de “mulher da vida”, que seria sinônimo de “desonestidade”⁵⁸. Em especial, espãs que usavam da sexualidade teriam no seu poder de sedução algo não mais proibido ou pecaminoso: ironicamente, a figura da *femme fatale* era estimada pelo alto escalão policial, desde que trabalhasse para si e evidentemente não estivesse do lado dos alvos.

Assim, num contexto em que o sexo era tabu, mulheres habilidosas e sem pudores no uso da sexualidade eram vistas como instrumentos valiosos para missões de espionagem. Em uma sociedade na qual os papéis femininos eram definidos como os de mãe, esposa e filha, a mulher envolvida em tais operações rompia com o paradigma sexual da época⁵⁹. Ainda que fosse considerada uma “mulher notável” pelos seus superiores, é justamente sua predisposição em entregar-se sexualmente para atingir seu objetivo, e não outras qualidades, que faziam delas agentes tão valorizadas.

Destarte, a Polícia Política, neste contexto histórico, incorporou o gênero feminino ao seu efetivo através de operações de infiltração e espionagem. Características como o charme, a dissimulação e a suposição, por parte dos alvos, de que seriam inofensivas, as tornavam agentes tidas como únicas e incomparáveis. Ou, como o próprio Delegado Amaro da Silveira disse: “*Muitas coisas encontram-se, frequentemente, escondidas atrás de uns lábios pintados, dos quais nunca nada sairá*”⁶⁰.

58 LUZ et al, *op.cit.*

59 Para Freud, as restrições sexuais que se impõem devido à civilização atingem a mulher condicionando-a a um papel de esposa e mãe, num contexto de casamento heterossexual monogâmico como o único aceitável (*O Mal-estar na Civilização* [1929]. Edição Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1982). Daí a transgressão (no tocante ao uso do sexo) da espã ser tão surpreendente e audaciosa para os chefes do Serviço Secreto, transgressão da qual eles julgam não poder abrir mão. BORDIEU: *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.45.

60 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Conferência Nacional de Polícia Política. Fundo DESPS, Notação 921, p.55.